

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.38, n.5-6, maio/junho 2016

sumário

- 1 AS DIFERENTES FORMAS DE AJUSTE
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 3 O BRASIL DIANTE DAS INCERTEZAS DA ECONOMIA GLOBAL
Francisco José Gouveia de Castro
- 6 A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL EM MEIO À DESORDEM FISCAL
Guilherme Amorim
- 10 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 13 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CYLLÊNEO PESSOA PEREIRA JUNIOR - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor-Presidente

ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO

Diretor Administrativo-Financeiro

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro de Pesquisa

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

GUILHERME AMORIM (*Editor*)

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (*Economista*)

EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

NATÁLIA VICENTE MONTANHA TEIXEIRA (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

As medidas propostas por diversos analistas para a retomada do crescimento econômico brasileiro podem ser divididas em dois grupos bastante distintos. O primeiro, impregnado de um inacreditável composto de equívoco, ideologia e ingenuidade, prega como solução o expansionismo fiscal, sob o argumento de que esta é a única forma de acelerar o nível de atividade e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação, o que supostamente equilibraria as contas públicas. Para aqueles que insistem em defender esse receituário, nunca é demais lembrar que os atuais níveis elevados da inflação e da dívida pública tornam a “saída para frente” totalmente inviável e que a crise vigente foi provocada justamente pela negação da restrição de recursos.

Em posição oposta, configurando-se em um segundo grupo, estão reunidas as proposições para um forte controle do gasto público, o que parece ser o objetivo da nova equipe econômica. Nesse sentido, já foi enviada ao Legislativo a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que estabelece um teto para o aumento das despesas primárias da União, que seria a inflação do ano anterior ao exercício corrente, medida pelo IPCA.

Alicerce das subseqüentes medidas adicionais de austeridade, que podem incluir, por exemplo, a desindexação de benefícios do salário mínimo, a proibição do crescimento da despesa acima da inflação provavelmente terá efeitos restritos no início do período de vinte anos, previsto para a vigência do referido limite, uma vez que as receitas federais vêm registrando aumentos nominais não raramente inferiores às variações do IPCA. No ano passado, por exemplo, a Receita Corrente Líquida (RCL) da União, denominador da razão matemática mais utilizada para a determinação dos valores mínimos a ser gastos em áreas específicas, evoluiu apenas 5,1% em termos nominais, abaixo da variação de 6,4% do IPCA em 2014, significando que a proposta fiscal não garantiria a redução do dispêndio em rubricas importantes em hipotética efetivação no exercício de 2015.

Mesmo em 2017, quando o limite passa a vigorar conforme a PEC, a provável baixa elevação real da RCL, indicada pela perspectiva de um crescimento do PIB próximo de 1%, pode não compensar a distância entre o IPCA de 2016, que determinará o teto do aumento da despesa no próximo ano, e o de 2017. De acordo com projeções dos agentes financeiros, levantadas pelo Banco Central em 24 de junho, o IPCA pode atingir 7,29% em 2016 e 5,50% no ano seguinte, estabelecendo um diferencial de duvidosa superação pelo crescimento real da RCL. Ou seja, no exercício de 2017, o aumento nominal dos desembolsos com uma teórica manutenção do atrelamento à evolução da RCL ainda pode ser menor do que a elevação dos gastos com base na inflação do ano anterior, em rubricas de grande peso na despesa total, tornando as alterações no regime fiscal pouco efetivas em um primeiro momento.

Todavia, não há dúvida de que a disposição de alterar a Constituição é positiva, em razão das condições mais favoráveis que serão estabelecidas para o equilíbrio fiscal no longo prazo. No último decênio, enquanto a despesa primária do Governo Central avançou a uma taxa real média de 5,4% ao ano, o PIB brasileiro cresceu apenas 2,6%. Quando o cálculo se restringe ao quinquênio 2011-2015, a discrepância é similar, embora as taxas sejam diferentes, com uma expansão real anual de 3,0% dos gastos não financeiros e um inaceitável crescimento econômico de 0,3%, o que facilita a compreensão das causas da crise atual.

Não havendo maior controvérsia quanto à necessidade da efetivação de uma política de austeridade, excluindo, obviamente, os equivocados avessos à observação empírica, os detalhes do ajustamento devem entrar em discussão brevemente, com a determinação das áreas que sofrerão os maiores cortes, sendo desejável que não se dissipe a perspectiva da proteção à população em situação mais crítica. Nessa direção, parece justo e lógico que, antes do contingenciamento de recursos para a assistência social, por exemplo, sejam estudados cortes em subsídios e subvenções econômicas, que consumiram mais de R\$ 34 bilhões em 2015, favorecendo, em muitos casos, segmentos que pouco retornaram em termos de crescimento.

* Diretor-Presidente do IPARDES.

Mas os pontos mais delicados dizem respeito a áreas essenciais de maior amplitude, representadas pela educação e saúde, que, fortemente influenciadas pela visão de que o bom resultado da política pública depende apenas da disponibilidade de recursos crescentes, podem retroceder qualitativamente com meros cortes orçamentários e financeiros. Se melhorias estivessem condicionadas somente a maiores volumes de recursos, o significativo aumento real de 43% da despesa por aluno na educação básica no período 2007-2013, considerando os gastos de toda a Federação, certamente garantiria números mais expressivos nas avaliações oficiais do ensino.

No citado intervalo, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas públicas saltou de 4,0 para 4,9 nos anos iniciais do ensino fundamental, subindo de 3,5 para 4,0 nos anos finais dessa mesma etapa e de 3,2 para apenas 3,4 no nível médio (tabela 1). Cabe ressaltar que, nos dois últimos casos, não foram atingidas as metas estabelecidas para 2013.

TABELA 1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) DAS ESCOLAS PÚBLICAS, SEGUNDO ETAPAS DE ENSINO - BRASIL - 2007/2013

ETAPA	2007		2009		2011		2013	
	Avaliação	Meta	Avaliação	Meta	Avaliação	Meta	Avaliação	Meta
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,0	3,6	4,4	4,0	4,7	4,4	4,9	4,7
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,3	3,7	3,4	3,9	3,7	4,0	4,1
Ensino Médio	3,2	3,1	3,4	3,2	3,4	3,4	3,4	3,6

FONTE: INEP

O desempenho incompatível com o crescimento dos gastos também é indicado por instituições internacionais. De acordo com dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) referentes ao período 2000-2012, concomitante à notável ampliação das despesas com a educação básica, de 2,4% para 4,7% do PIB, o Brasil apresentou evolução modesta dos resultados no âmbito do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que envolve jovens na faixa de 15 anos, registrando médias de 391 em matemática, 405 em ciências e 410 em leitura no último exame, que representaram elevações de apenas 17,1%, 8,0% e 3,5%, respectivamente, em relação ao teste aplicado em 2000. Consequentemente, as posições do País no *ranking* mundial permanecem decepcionantes (58.º lugar em matemática, 55.º em leitura e 59.º em ciências no ano de 2012).

Em outras palavras, a estipulação de um teto para as despesas da educação com base na inflação passada, que pode abranger os entes subnacionais, exhibe razoável potencial de prejuízo, caso não sejam adotadas paralelamente medidas para a modernização da gestão e o aumento da eficiência, o que talvez inclua uma maior participação da iniciativa privada pela via de parcerias com o setor público. Essa condição se aplica também à área de saúde, com suas claras margens para o crescimento da produtividade.

Em suma, o ajuste em elaboração pode variar de um simples contingenciamento orçamentário-financeiro rigoroso a uma reestruturação administrativa-fiscal, sendo que, neste último caso, poderão ser instauradas bases mais sólidas para o crescimento prolongado do País.

O BRASIL DIANTE DAS INCERTEZAS DA ECONOMIA GLOBAL

Francisco José Gouveia de Castro*

O cenário econômico internacional impõe uma reflexão a respeito da mudança de direcionamento ideológico da nova gestão nacional, diante das incertezas quanto ao comportamento da conjuntura econômica internacional e ao futuro das relações de comércio global no contexto de redução no ritmo de crescimento das principais economias globais, em especial a Área do Euro, Japão e China.

Segundo o relatório de inflação do Banco Central do Brasil (BCB), a variação do PIB da Área do Euro atingiu 2,2% no primeiro trimestre de 2016, destacando-se a expansão da Espanha (3,1%), Alemanha (2,7%) e França (2,6%). Já no Japão, a taxa anualizada do PIB registrou a variação trimestral encerrada em abril de 2016 de 1,9% frente ao declínio de 1,8% no quarto trimestre de 2015. Na China, a variação atingiu 4,5% no primeiro trimestre de 2016, ante 6,1% no quarto trimestre de 2015, menor expansão registrada pela série histórica iniciada em 2010.

Em relação aos Estados Unidos, após registrar resultados favoráveis em 2014, 2015 e primeiro trimestre de 2016, os indicadores de emprego sinalizam para uma condição de incerteza quanto à retomada do ciclo de alta da taxa básica de juros desse país. Segundo o BCB, a taxa de crescimento trimestral anualizada do PIB norte-americano atingiu 0,8% no primeiro trimestre de 2016, *versus* 1,4% no quarto trimestre de 2015 (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÃO ANUALIZADA DO PIB SEGUNDO AS MAIORES ECONOMIAS - 2014-2016

ECONOMIA	VARIAÇÃO (%)						
	2014		2015				2016
	III	IV	I	II	III	IV	I
Estados Unidos	4,3	2,1	0,6	3,9	2	1,4	0,8
Área do Euro	1,2	1,5	2,2	1,5	1,3	1,7	2,2
Reino Unido	2,6	2,7	1,8	2,4	1,8	2,4	1,4
Japão	-2,7	2,1	5,2	-1,7	1,7	-1,8	1,9
China	7,8	7	5,7	7,4	7,4	6,1	4,5

FONTE: Banco Central do Brasil - Relatório de Inflação de 28 de junho de 2016

Já no horizonte para 2017, as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um patamar de variação do PIB da Área do Euro (1,6%), Japão (-0,1%), China (6,2%) e EUA (2,5%).

De fato, a dinâmica da recuperação da economia global permanece frágil. Não por acaso, a política monetária dos EUA vem sendo conduzida dentro deste contexto, e mantendo o programa de compra de ativos e a permanência de taxas de juros negativas. O *Federal Open Market Committee* (FOMC), do Federal Reserve (FED), decidiu manter o intervalo de metas para os juros básicos dos EUA entre 0,25% a.a. e 0,5% a.a., permanecendo no patamar de dezembro de 2015, condicionando as próximas decisões às condições econômicas esperadas da combinação de emprego e inflação.

O risco de que os juros nos EUA tenham de subir mais rapidamente ainda deve ser monitorado com atenção, dado que um aumento na inflação pode impor um aumento na taxa básica de juros norte-americana, o que poderá reverter o fluxo de capitais global, com saídas de capitais emergentes com destino aos EUA, dificultando a recuperação das economias emergentes, que têm registrado queda nos níveis de atividades e quedas das *commodities*.

* Economista, diretor do Centro Estadual de Estatística do IPARDES.

TABELA 2 - TAXA DE JUROS INTERBANCÁRIA SEGUNDO PAÍSES SELECIONADOS - 2013 – 1.º QUADRIMESTRE DE 2016

PAÍS	TAXA DE JUROS MÉDIA (%)			
	2013	2014	2015	1.º quad. 2016
Reino Unido	0,42	0,43	0,46	0,46
Estados Unidos	0,09	0,12	0,24	0,36
Área do Euro	0,17	-0,03	-0,20	-0,29
China	3,25	3,25	2,90	2,90
Brasil	10,00	11,75	14,25	14,25

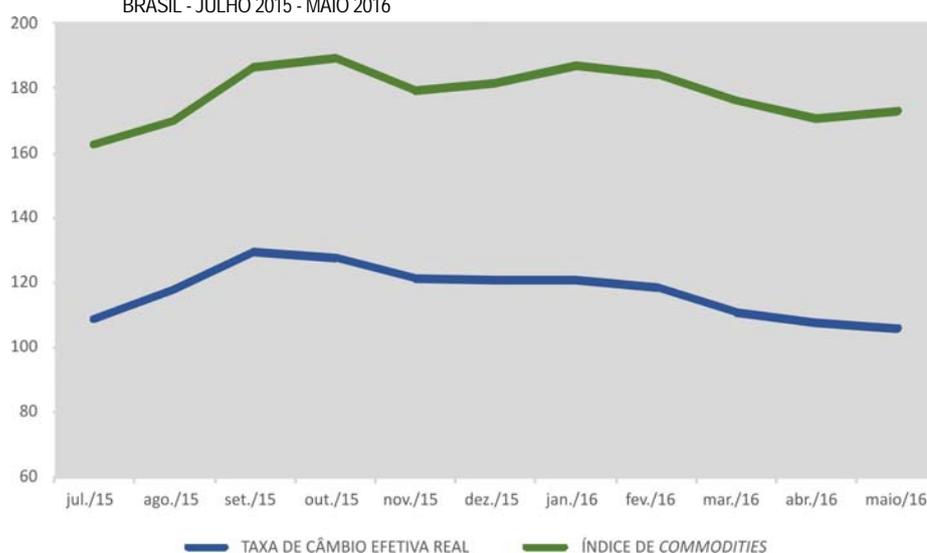
FONTE: OCDE

A China, por sua vez, continua sendo um risco capaz de causar recessão global, uma vez que a baixa produtividade, o excesso de endividamentos dos bancos estatais e a saída de capitais do país para o exterior podem provocar desvalorização da moeda chinesa e a parada significativa de sua atividade econômica, levando a quedas dos preços internacionais de *commodities*. A variação anualizada do PIB chinês atingiu 4,5% no primeiro trimestre de 2016, *versus* 6,1% no quarto trimestre de 2015, menor nível desde o início da série em 2010.

Adicionalmente, persistem riscos ao crescimento global associados também à intensificação da volatilidade nos mercados financeiros apesar da recuperação nos preços das *commodities* no mercado externo no primeiro trimestre terminado em maio. De fato, o índice S&P 500, dos EUA, variou 8,5%; o índice DAX, da Alemanha, 8,1%; e o Nikkei, do Japão, 7,5%, no período. A média do índice S&P e Goldman Sachs Spot avançou 23,1% em maio, em relação a fevereiro, com valorização nos segmentos de *commodities* agropecuárias (9,6%), metálicas (2,9%) e energéticas (40,6%). Cabe destacar que as cotações de algumas *commodities* agrícolas, principalmente a soja, milho e açúcar, passaram a registrar valorizações acentuadas.

Já o Índice de *Commodities* – Brasil (IC-Br), que exprime a média mensal ponderada dos preços em reais das *commodities* relevantes para a dinâmica da inflação brasileira, calculado pelo BCB, recuou 6% em maio, comparativamente a fevereiro, atrelada à queda de 11% do índice da taxa de câmbio efetiva real em igual período (gráfico1). Assim, parece correto afirmar que a taxa de câmbio responde ao movimento dos preços das principais *commodities*.

GRÁFICO 1 - RELAÇÃO ENTRE O ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL E O ÍNDICE DE *COMMODITIES* - BRASIL - JULHO 2015 - MAIO 2016



FONTE: Banco Central do Brasil

Com isso, não é oportuno afirmar que um dos fatores que mais atraem capital ao País são os juros excessivamente altos. Apesar da magnitude da valorização do real e do atual patamar da taxa de juros, dados do relatório de inflação do BCB mostram que nos cinco primeiros meses do ano houve saída líquida de recursos aplicados em carteira (-US\$ 11,8 bilhões).

Nesse cenário, o BCB atua com a manutenção da taxa básica de juros em 14,25% até que a inflação chegue ao centro da meta em 2017, que é de 4,5%. Com esse posicionamento, sem a hipótese de flexibilização das condições monetárias, o mercado transferiu suas expectativas de queda da SELIC para o último trimestre do ano, derrubando as taxas de longo prazo e elevando as de curto prazo.

Do ponto de vista da tentativa de fortalecer o setor produtivo nacional, um câmbio artificial teria efeito contrário, porque criaria incertezas devido à imprevisibilidade das condições de investimento. Diante do exposto, é inegável que a melhor maneira de retomar o crescimento é mediante a melhoria dos fundamentos da economia.

Na verdade, o sucesso mais efetivo no combate à inflação depende da condução correta da administração equilibrada das contas públicas. Não há dúvida de que o avanço no combate à inflação depende da redução do endividamento público com os ajustes fiscais no sentido de reverter o déficit previsto pelo governo central de R\$ 170,5 bilhões. Portanto, para o BCB iniciar uma trajetória de redução dos juros, não há espaço para uma inequívoca mudança do rumo fiscal, muito menos para a aceitação da apreciação cambial como política de redução da inflação.

Em face do quadro atual da economia mundial, atrelado aos ajustes internos, parece sensato afirmar que a abertura e a ampliação de mercados podem ser fundamentais para vários setores da indústria e da agropecuária, pressupondo que se trata de uma das ferramentas mais rápidas para a recuperação econômica, dado que proporciona maior inserção nas cadeias mundiais de valor e maior atratividade para investimentos estrangeiros diretos.

A EVOLUÇÃO INDUSTRIAL EM MEIO À DESORDEM FISCAL

Guilherme Amorim*

A divulgação da Pesquisa Industrial Anual (PIA), do IBGE, permite que se analise a evolução do setor e o desempenho de seus ramos. De acordo com os mais recentes dados da PIA, referentes a 2014, a participação das atividades no Valor da Transformação Industrial (VTI) do Brasil apresentou sensível alteração. As três principais esferas continuaram as mesmas, mas sua importância relativa no conjunto flutuou sobremaneira.

Principal subdivisão, a fabricação de produtos alimentícios tornou-se ainda mais proeminente, com porção de 15,3% – contra 14,9% no ano anterior. Essa diferença representou, em valor nominal corrente, crescimento de R\$ 9,6 bilhões. A retração no VTI da fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis, equivalente a R\$ 170,9 milhões, gerou queda na representatividade do segmento (9,7% para 9,4%). A maior modificação na estrutura industrial do País foi causada pela contração da fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias. Nessa comparação anual, seu VTI registrou queda de R\$ 10,9 bilhões. Dessa forma, sua participação recuou de 8,6% para 7,3%. A expansão da fabricação de produtos químicos (R\$ 6,07 bilhões) e da extração de petróleo e gás natural (R\$ 11,3 bilhões) fez com que esses subsectores se tornassem mais relevantes na indústria nacional (as participações cresceram para 6,9% e 5,9% do VTI, respectivamente).

A indústria extrativa respondeu por 13,4% do VTI brasileiro e a distribuição regional desse valor mostra a relevância dessa divisão, particularmente nas unidades da federação com significativa lavra de petróleo, gás natural e minério de ferro. A participação estadual no VTI altera-se sobremaneira quando se considera (tabela 1) ou não (tabela 2) a exploração mineral e energética. Embora as cotações internacionais dessas *commodities* apresentassem declínio ao longo de 2014, resultante de excesso de oferta e de desaceleração da economia chinesa, o incremento na quantidade extraída no Brasil manteve a participação desses segmentos no valor percebido pela PIA.

TABELA 1 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 2013-2014

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	2013		2014		VAR. (%)
	VTI (R\$ mil)	Part. (%)	VTI (R\$ mil)	Part. (%)	
São Paulo	366 753 025	34,3	369 695 085	33,5	0,8
Minas Gerais	124 925 135	11,7	123 998 153	11,2	-0,7
Rio de Janeiro	112 062 298	10,5	119 214 539	10,8	6,4
Paraná	78 177 754	7,3	79 657 597	7,2	1,9
Rio Grande do Sul	76 403 541	7,2	79 469 710	7,2	4,0
Santa Catarina	54 304 349	5,1	61 095 769	5,5	12,5
Bahia	41 616 718	3,9	44 356 207	4,0	6,6
Amazonas	33 926 550	3,2	35 675 014	3,2	5,2
Espírito Santo	28 534 366	2,7	31 551 395	2,9	10,6
Goiás	26 745 172	2,5	28 383 030	2,6	6,1
Pará	30 869 800	2,9	27 258 314	2,5	-11,7
Pernambuco	18 532 919	1,7	20 701 762	1,9	11,7
Ceará	14 432 030	1,4	15 528 717	1,4	7,6
Mato Grosso	14 946 866	1,4	15 443 672	1,4	3,3
Mato Grosso do Sul	12 152 027	1,1	13 602 024	1,2	11,9
Rio Grande do Norte	7 267 490	0,7	8 051 610	0,7	10,8
Maranhão	4 074 863	0,4	5 339 052	0,5	31,0
Paraíba	4 678 768	0,4	4 738 866	0,4	1,3
Sergipe	4 661 022	0,4	4 623 106	0,4	-0,8
Alagoas	3 799 773	0,4	4 150 237	0,4	9,2
Distrito Federal	2 622 733	0,2	3 128 558	0,3	19,3
Rondônia	2 924 147	0,3	2 860 187	0,3	-2,2
Piauí	1 599 800	0,1	1 785 470	0,2	11,6
Tocantins	1 223 600	0,1	1 543 510	0,1	26,1
Amapá	582 869	0,1	643 487	0,1	10,4
Acre	328 994	0,0	518 409	0,0	57,6
Roraima	84 853	0,0	105 959	0,0	24,9
Brasil	1 068 231 462	100,0	1 103 119 439	100,0	3,3

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

FONTE: IBGE

NOTA: Empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas.

Dada a diminuta participação do extrativismo no VTI paranaense, praticamente restrita à exploração de minerais não metálicos (calcário e sílica para a produção de cimento, em particular), a análise se restringe à indústria de transformação. Dessa forma, percebe-se que a indústria de transformação do Paraná continuou a ser a terceira mais relevante do País (ver tabela 2), e seu VTI cresceu 1,8%.

TABELA 2 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL DAS INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO, SEGUNDO UNIDADE DA FEDERAÇÃO - 2013-2014

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	2013		2014		VAR. (%)
	VTI (R\$ mil)	Part. (%)	VTI (R\$ mil)	Part. (%)	
São Paulo	360 541 485	39,1	360 965 833	37,8	0,1
Minas Gerais	87 060 627	9,4	91 410 903	9,6	5,0
Paraná	77 742 803	8,4	79 105 341	8,3	1,8
Rio Grande do Sul	75 791 767	8,2	78 875 557	8,3	4,1
Rio de Janeiro	70 081 140	7,6	70 123 993	7,3	0,1
Santa Catarina	52 750 533	5,7	59 108 360	6,2	12,1
Bahia	37 293 573	4,0	40 777 423	4,3	9,3
Amazonas	32 394 983	3,5	34 129 766	3,6	5,4
Goiás	25 186 427	2,7	26 999 725	2,8	7,2
Pernambuco	16 649 447	1,8	18 136 702	1,9	8,9
Ceará	14 216 162	1,5	15 284 498	1,6	7,5
Mato Grosso	14 714 010	1,6	15 072 284	1,6	2,4
Espírito Santo	12 529 046	1,4	13 419 469	1,4	7,1
Mato Grosso do Sul	11 079 795	1,2	12 379 665	1,3	11,7
Pará	6 296 952	0,7	7 505 495	0,8	19,2
Maranhão	3 884 326	0,4	5 133 937	0,5	32,2
Rio Grande do Norte	4 234 287	0,5	4 896 695	0,5	15,6
Paraíba	4 456 193	0,5	4 506 449	0,5	1,1
Alagoas	3 737 366	0,4	4 069 664	0,4	8,9
Distrito Federal	2 600 593	0,3	3 106 414	0,3	19,5
Sergipe	2 921 715	0,3	2 776 117	0,3	-5,0
Rondônia	2 814 259	0,3	2 763 178	0,3	-1,8
Piauí	1 530 847	0,2	1 723 338	0,2	12,6
Tocantins	1 120 620	0,1	1 407 992	0,1	25,6
Amapá	484 271	0,1	615 076	0,1	27,0
Acre	327 610	0,0	514 614	0,1	57,1
Roraima	76 918	0,0	97 530	0,0	26,8
Brasil	922 517 755	100,0	954 906 018	100,0	3,5

FONTE: IBGE

NOTA: Empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas.

A decomposição desse desempenho revela que apenas seis das 24 divisões da indústria de transformação apresentaram retração entre 2013 e 2014 (tabela 3). Maior complexo industrial do Paraná, o alimentício registrou variação de 15,5% no VTI, impulsionado por investimentos das cooperativas – especialmente nos segmentos de abate de aves, laticínios, farináceos e ração para animais. A expansão de 6,8% no VTI da divisão de produtos químicos é explicada através das inversões, de multinacionais e cooperativas locais, na implantação de plantas para a mistura de adubos e fertilizantes.

A produção de papel e celulose do Estado apresenta, para além de elevada inserção no mercado internacional, integração com o complexo agroindustrial. Assim, sua expansão (6,1%) não é surpreendente. Tampouco é incomum a elevação da participação da fabricação de produtos de minerais não metálicos (de 3,1% para 3,6% do VTI). O dinamismo da construção civil do início da década, sobretudo residencial, estimulou inversões na ampliação de capacidade de fabricantes de cimento, bem como a instalação de novas empresas do setor no Paraná.

A extraordinária elevação do VTI da divisão de bebidas (101,3%) pode ser creditada à maturação de investimentos, notadamente no interior do Estado, por parte de companhias do gênero, na produção de mercadorias com e sem álcool. Nesse segmento, é importante citar os aportes realizados por cooperativas, novamente, no processamento de sucos.

TABELA 3 - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO DIVISÕES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - PARANÁ - 2013-2014

DIVISÃO	2013		2014		VAR. (%)
	VTI (R\$ mil)	Part. (%)	VTI (R\$ mil)	Part. (%)	
Produtos alimentícios	16 703 595	21,5	19 288 066	24,4	15,5
Veículos automotores, reboques e carrocerias	16 173 366	20,8	13 633 899	17,2	-15,7
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	10 178 218	13,1	7 538 559	9,5	-25,9
Máquinas e equipamentos	4 029 230	5,2	3 740 835	4,7	-7,2
Produtos químicos	3 432 720	4,4	3 665 647	4,6	6,8
Celulose, papel e produtos de papel	3 364 457	4,3	3 571 052	4,5	6,1
Artigos do vestuário e acessórios	2 041 562	2,6	3 145 668	4,0	54,1
Produtos de minerais não metálicos	2 398 473	3,1	2 815 474	3,6	17,4
Produtos de madeira	2 647 331	3,4	2 773 228	3,5	4,8
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	2 441 521	3,1	2 650 387	3,4	8,6
Móveis	2 184 784	2,8	2 566 516	3,2	17,5
Produtos de borracha e de material plástico	2 148 744	2,8	2 535 224	3,2	18,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	2 008 554	2,6	1 944 524	2,5	-3,2
Bebidas	850 494	1,1	1 712 281	2,2	101,3
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1 204 604	1,5	1 364 015	1,7	13,2
Metalurgia	1 124 928	1,4	1 292 638	1,6	14,9
Produtos diversos	907 761	1,2	1 019 262	1,3	12,3
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	1 192 430	1,5	854 567	1,1	-28,3
Produtos têxteis	903 003	1,2	823 285	1,0	-8,8
Impressão e reprodução de gravações	573 461	0,7	754 563	1,0	31,6
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	555 871	0,7	720 530	0,9	29,6
Couros, artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	514 583	0,7	485 372	0,6	-5,7
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	108 179	0,1	150 191	0,2	38,8
Produtos do fumo	54 934	0,1	59 558	0,1	8,4
TOTAL	77 742 803	100,0	79 105 341	100,0	1,8

FONTE: IBGE

NOTA: Empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas.

O crescimento no ramo de confecção de vestimentas e acessórios, por sua vez, é inesperado – dada a contração nas exportações desse setor ao longo de 2014 e da queda, entre 2013 e 2014, tanto de pessoal ocupado quanto de estabelecimentos ligados à atividade no Estado. O crescimento no mercado interno do volume de vendas do conjunto de tecidos, vestuário e calçados, observado por meio da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/IBGE), aparentemente estimulou o segmento do Paraná, formado preponderantemente por pequenas empresas, frequentemente associadas em arranjos produtivos locais (APLs).

A contração da divisão de veículos automotores, reboques e carrocerias (-15,7%) resultou do esgotamento do processo de expansão de crédito – e endividamento das famílias – que aqueceu o mercado interno. As repetidas prorrogações da desoneração de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), no caso de veículos de passeio e comerciais leves, foram incapazes de manter o nível de atividade. A despeito de manutenção dos programas subsidiados de financiamento de caminhões, houve ainda a retração de produção desse setor.

Uma vez que o quadro analisado diz respeito a processo transcrito em 2014, é pertinente inseri-lo no proceloso contexto regulatório e macroeconômico da época. Para além de campanha eleitoral acirrada, marcada por parolagem maior do que a usual e farisaísmo ímpar, o ano foi marcado por procaz manipulação das contas públicas – que levou à sua rejeição pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A violação da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Orçamentária Anual consistiu, essencialmente, da postergação de repasses do Tesouro Nacional a bancos públicos para pagamento de despesas da União. O TCU identificou, ainda, inconsistências no modo como foram contabilizadas as transferências do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para o custeio do programa habitacional federal.

A imperícia redundou em déficit primário de R\$ 20,47 bilhões por parte do Governo Central. Efetivamente, o resultado aferido pelo TCU foi muito pior e os gastos encobertos com manobras contábeis (R\$ 57 bilhões) somente seriam pagos pelo Tesouro Nacional em novembro do ano seguinte. Quando restabeleceu-se o devido registro de repasses, a dívida bruta do governo, excluídos Banco Central e estatais, chegou a 67% do Produto Interno Bruto (PIB).

A referência a estatais exige que se faça menção à política de preços praticada pela Petrobras, que lhe impôs prejuízos e minou sua capacidade de capitalização e de investimento. Para além disso, o descasamento entre custos crescentes e contenção de preços coarctou a produção de etanol, provocando fechamento de usinas e cancelamento de aportes planejados. A obsoleta prática de controle de preços e os desinvestimentos na cadeia de biocombustíveis fizeram-se sentir, também, no Paraná (contração de 25,9% no VTI do segmento).

A morbífica administração Petrobras somente seria mensurada quando da publicação de seu postergado balanço, em maio do ano seguinte: baixa contábil provocada por corrupção de R\$ 6,19 bilhões, prejuízo anual de R\$ 21,59 bilhões, redução de R\$ 44,3 bilhões no valor dos ativos da companhia. Em 2014, seu volume de inversões foi 16,55% inferior ao do ano anterior, sendo que a única divisão que recebeu aporte – ligeiramente – superior ao do exercício anterior foi a de Gás e Energia (1,4%). Inopinada retração verificou-se na divisão de abastecimento (-40,58%). Nesta, dos R\$ 18,26 bilhões alocados, R\$ 5,8 bilhões foram dirigidos à infame Refinaria Abreu e Lima, que entrou em funcionamento – parcial – no final do período.

O desequilíbrio das contas públicas foi acompanhado por quadro clássico de estagflação: o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) alcançou 6,41% e as Contas Nacionais Trimestrais (CNT/IBGE) mostraram variação de 0,1% no PIB anual. Sintomaticamente, a Formação Bruta de Capital Fixo apresentou retração de 4,5% em relação a 2013. Segundo informações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), a participação de produtos manufaturados na pauta nacional de exportações caiu ao patamar mais baixo desde 1977. Em 2014, a importação desses bens envolveu montante US\$ 47,87 superior ao exportado.

O saldo geral da balança comercial, inclusive bens básicos e semimanufaturados, apresentou déficit de US\$ 4 bilhões. Tal desempenho contribuiu para que o déficit em transações correntes do Balanço de Pagamentos crescesse 39,2% em um ano e superasse US\$ 104 bilhões, ou 4,31% do PIB.

O mercado de trabalho apresentava resiliência e se contrapunha a esses indicadores. Em outubro de 2014, a taxa de desocupação medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE) era historicamente baixa e o rendimento médio do trabalho ainda ascendente. Esse cenário foi sustentado por oferta de empregos de baixa qualificação, fomentada por ciclo de consumo e intensificada por elevações do salário mínimo em termos reais (seu valor dobrou entre 1999 e 2014). Adicionalmente, o programa federal de desoneração da folha de pagamento alcançou seu ápice naquele ano, com renúncia estimada em R\$ 22,1 bilhões, de acordo com informações da Secretaria da Receita Federal. O quadro deteriorou-se ante a insustentabilidade da trajetória de endividamento, estagnação da produtividade nos setores que absorvem maior contingente de trabalhadores (serviços e comércio) e declínio da taxa de investimento.

AGROINDÚSTRIA

Frísia investe em geração própria de energia

A Frísia Cooperativa Agroindustrial investe na diversificação de suas fontes de energia. A entidade cultiva florestas, em áreas ociosas das propriedades de associados, para obter energia através da queima de lenha. Nesse projeto, espera produzir excedentes que possibilitem o fornecimento do insumo para indústrias da Região Centro-Oriental Paranaense, onde a maior parte dos cooperados está estabelecida.

A Frísia planeja, ainda, implantar rede de geração de energia eólica. Nesse plano, os cooperados têm as opções de aportar recursos na estrutura ou simplesmente receberem as torres de captação em suas propriedades. Avalia-se que o projeto, atualmente na etapa de licenciamento ambiental, demandará aportes de aproximadamente R\$ 300 milhões. O desenvolvimento desse projeto depende da efetivação de parceria para integralização do capital.

No quinquênio 2011-2015, a Frísia alocou cerca de R\$ 580 milhões na ampliação, modernização e diversificação de sua estrutura produtiva e de estocagem. Reconhecida como tradicional processadora de leite e derivados, a cooperativa investe largamente na industrialização de grãos e carnes.

ZAFALON, Mauro. MBA no Campo. **Folha de S. Paulo**, 07 maio 2016. Mercado, p.A24.

GTFOODS construirá fábrica de embutidos

A processadora de carne de aves GTFoods, sediada em Maringá (Região Norte Central Paranaense), construirá fábrica de embutidos no Estado, em local ainda indefinido. A execução do projeto prevê investimento de 37 milhões de euros, garantidos pelo governo da Alemanha, como parte de programa de incentivo a exportações daquele país. A contrapartida é de que ao menos 51% do valor dos equipamentos instalados no complexo sejam alemães. A engenharia financeira do plano prevê a tomada de crédito em bancos privados e a securitização dessa dívida pela Agência de Crédito à Exportação germânica.

A expectativa é de que as obras comecem no próximo ano e de que a fábrica de embutidos entre em operação em 2019. Paralelamente, a companhia negocia a venda de parte societária minoritária com fundos de capital internacionais.

EMPRÉSTIMO e Exportação. **Folha de S. Paulo**, 16 jun. 2016. Mercado, p.A18.

MENDES, Luiz Henrique. GTFoods negocia venda de fatia a fundos estrangeiros. **Valor Econômico**, São Paulo, 20 jun. 2016. Empresas, p.B12.

COMÉRCIO

Condor aloca R\$ 30 milhões em nova unidade

A rede Condor planeja implantar novo estabelecimento em Curitiba, no qual serão alocados cerca de R\$ 30 milhões. Presentemente, o grupo supermercadista possui 42 lojas. A rede também opera um posto de combustíveis sob sua bandeira e avalia investir em mais estabelecimentos do gênero.

FRIAS, Maria Cristina. Zona de Conforto. **Folha de S. Paulo**, 20 maio 2016. Mercado, p.A14.

* Elaborado com informações disponíveis entre 01/05/2016 e 30/05/2016.

** Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Festval planeja dobrar número de lojas até 2020

A rede Festval inaugurará duas lojas em Curitiba no segundo semestre do ano corrente. Essas unidades foram alugadas do grupo Walmart, que fechou 13 lojas no Estado em 2016. A cadeia de supermercados planeja, ainda, a construção de três novos estabelecimentos em Curitiba e um no município de Colombo. Estima-se que cada uma dessas quatro unidades demandará aporte de R\$ 15 milhões.

Para além das cinco lojas que funcionam em Curitiba, o grupo que controla a rede Festval (Companhia Beal de Alimentos) opera cinco outras em Cascavel, na Região Oeste Paranaense, sob a bandeira Super Beal. O grupo alcançou faturamento de R\$ 597 milhões em 2015, um aumento de 13% em relação ao registrado em 2014.

SANTANA, Jéssica. Festval aluga lojas do Mercadorama. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1.º maio 2016. p.20.

Muffato implantará quatro estabelecimentos no Paraná

A rede supermercadista Muffato investirá aproximadamente R\$ 70 milhões na construção de quatro novas unidades no Paraná. O plano prevê a implantação de duas lojas no interior do Estado e duas em Curitiba. Atualmente, a rede reúne 46 estabelecimentos, no Paraná e em São Paulo. No ano passado, seu faturamento alcançou R\$ 4,1 bilhões.

FRIAS, Maria Cristina. Carrinho Gourmet. **Folha de S. Paulo**, 29 jun. 2016. p.A18.

INDÚSTRIA

Nova unidade da Becton, Dickinson and Company

Indústria de equipamentos e suprimentos médicos, a Becton, Dickinson and Company investirá US\$ 30 milhões na construção de sua segunda planta em Curitiba. Estima-se que a unidade, onde serão fabricados tubos para coleta de sangue, entre em operação em dois anos. A companhia de capital estadunidense fabrica seringas e agulhas na planta que possui na cidade, inaugurada em 1989.

MULTINACIONAL da área médica investe R\$ 108 mi em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 maio 2016. p.20.

SEPAC alocará R\$ 20 milhões em maquinário

Fabricante de papel sediada em Mallet (Região Sudeste Paranaense), a Sepac aportará R\$ 20 milhões na aquisição de maquinário para processamento de papel tissue, insumo para produção de guardanapos, papéis higiênicos e toalhas. Presentemente, a indústria é capaz de produzir 350 toneladas de tissue diariamente, graças a investimentos realizados nos três últimos anos, que somaram cerca de R\$ 300 milhões. A companhia espera a aprovação de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), até o final de 2016, para executar novas inversões, também estimadas em R\$ 20 milhões.

SEPAC investe R\$ 20 milhões para fazer papel higiênico mais macio. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jun. 2016. p.20

SERVIÇOS

RTE Rodonaves amplia estrutura em Maringá

Sediada em Maringá (Região Norte Central Paranaense), a RTE Rodonaves investiu R\$ 5 milhões na ampliação de sua estrutura na cidade. O complexo terá capacidade de movimentar até 400 toneladas de carga diariamente e a empresa passará a oferecer serviços de logística em todo o Estado. A expectativa da companhia, especializada no transporte de autopeças, material de informática e produtos têxteis, é de que seu faturamento cresça 30% em 2016.

FANES, Larissa. RTE Rodonaves aplica R\$ 5 milhões em planos de expansão. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 jun. 2016. p.20.

Clinipam inaugura hospital em Curitiba

A Clinipam inaugurou seu segundo hospital em Curitiba, batizado como Ônix. O estabelecimento, que conta com 90 leitos, atenderá casos de média e alta complexidade. Além dos hospitais, a operadora possui outras 15 unidades de atendimento na Região Metropolitana de Curitiba. Planeja-se a construção, ainda em 2016, de um novo posto em Curitiba.

A empresa reúne cerca de 215 mil segurados e registrou, no ano passado, receita superior a R\$ 277 milhões, crescimento de 36,4% em relação ao ano anterior.

CHERUBINI, Fábio. Clinipam espera crescer até 15% com abertura de novo hospital em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jun. 2016. p.20.

Sanepar renova contrato com Londrina por 30 anos

O município de Londrina (Região Norte Central Paranaense) renovou o contrato de prestação de serviços de água e esgoto com a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). O novo vínculo, válido por 30 anos, prevê que a Sanepar aloque R\$ 1,64 bilhão no incremento da estrutura de saneamento básico da cidade ao longo de sua vigência.

Sanepar renova Londrina. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 jun. 2016. Empresas, p.B1.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1983-2016

continua

ANO	ARROZ			BATATA-INGLESA			CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396	440 000	354 000	805
1984	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368	424 000	252 000	594
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015 ⁽¹⁾	27 365	163 551	5 977	30 607	835 884	27 310	43 569	79 520	1 825
2016 ⁽¹⁾	26 237	120 902	4 608	29 557	766 493	25 933	47 333	65 802	1 390

ANO	CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA			FEIJÃO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882	699 685	347 035	496
1984	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940	741 001	479 108	647
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015 ⁽¹⁾	672 590	51 315 949	76 296	49 763	133 199	2 705	405 665	711 823	1 755
2016 ⁽¹⁾	667 723	50 825 023	76 117	40 120	159 235	3 969	396 715	607 769	1 532

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1983-2016

conclusão

ANO	FUMO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	2 270 694	12 441 626	5 036
2012	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	3 013 870	16 516 036	5 480
2013	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071	3 031 691	17 353 450	5 724
2014	76 291	172 346	2 259	151 562	3 672 738	24 233	2 558 644	15 807 349	6 178
2015 ⁽¹⁾	76 586	180 378	2 355	143 034	3 958 983	27 679	2 465 012	16 223 473	6 581
2016 ⁽¹⁾	73 575	147 805	2 009	131 587	3 700 152	28 119	2 605 680	14 696 138	5 640

ANO	SOJA			TOMATE			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1983	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 267 638	4 649 752	2 050	1 359	54 297	39 954	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	1 972 538	3 531 216	1 790	1 494	62 054	41 535	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	1 794 000	3 417 000	1 905	1 400	58 287	41 634	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 076 000	4 817 000	2 320	1 464	62 605	42 763	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 154 077	5 332 893	2 476	1 691	74 453	44 029	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 199 720	5 624 440	2 557	2 068	87 535	42 328	579 000	960 000	1 658
1996	2 392 000	6 448 800	2 696	2 815	121 508	43 164	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 551 651	6 582 273	2 580	2 238	89 937	40 186	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 858 697	7 313 460	2 558	2 492	101 895	40 889	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 786 857	7 752 472	2 782	2 457	105 552	42 960	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 859 362	7 199 810	2 518	2 594	116 092	44 754	437 761	599 355	1 369
2001	2 821 906	8 628 469	3 058	3 032	137 509	45 353	873 465	1 840 114	2 107
2002	3 316 379	9 565 905	2 884	3 474	168 865	48 608	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	3 653 266	11 018 749	3 016	3 293	165 394	50 226	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	4 007 099	10 221 323	2 551	3 207	161 378	50 321	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	4 147 006	9 535 660	2 299	3 532	185 299	52 463	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	3 948 520	9 466 405	2 397	3 479	180 014	51 743	762 339	1 204 747	1 580
2007	4 001 443	11 882 704	2 970	4 719	310 338	65 764	820 948	1 863 716	2 270
2008	3 967 764	11 764 466	2 965	4 667	289 630	62 059	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	4 077 142	9 410 791	2 308	4 804	300 716	62 597	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	4 479 869	14 091 821	3 146	5 025	312 319	62 153	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	4 555 312	15 457 911	3 393	5 715	347 528	60 810	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	4 454 655	10 924 321	2 452	5 585	338 488	60 607	782 308	2 107 665	2 694
2013	4 754 076	15 924 318	3 350	4 965	285 176	57 437	1 000 099	1 886 948	1 887
2014	5 011 446	14 783 712	2 950	4 792	287 161	59 925	1 388 548	3 792 262	2 731
2015 ⁽¹⁾	5 246 532	17 262 381	3 290	4 445	265 674	59 769	1 336 739	3 318 802	2 483
2016 ⁽¹⁾	5 444 891	16 969 660	3 117	4 342	250 722	57 743	1 131 432	3 400 796	3 006

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 1997-2016

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013	3 379 689	333 180	606 446
2014 ⁽¹⁾	3 651 564	336 966	611 183
2015 ⁽¹⁾	3 994 430	300 325	676 257
Janeiro	318 585	22 882	51 620
Fevereiro	279 430	19 611	44 754
Março	349 135	22 862	58 679
Abril	329 529	24 684	58 578
Maiο	339 909	24 316	58 895
Junho	337 715	26 276	59 058
Julho	356 162	24 598	63 178
Agosto	337 640	24 082	57 847
Setembro	333 332	26 472	56 881
Outubro	345 604	28 759	56 841
Novembro	338 346	24 474	54 304
Dezembro	329 043	31 309	55 621
2016 ⁽¹⁾	1 016 003	71 283	172 585
Janeiro	333 554	23 448	54 079
Fevereiro	322 393	22 453	56 701
Março	360 057	25 382	61 804

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2016

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 201	12,70	6 121 495	43,18	270 994	1,91	14 175 844
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
2014	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 120
2015 ⁽¹⁾	7 649 587	51,31	1 655 686	11,11	5 428 565	36,41	175 242	1,18	14 909 081
Janeiro	346 967	38,39	175 372	19,40	370 220	40,96	11 343	1,25	903 902
Fevereiro	362 693	42,54	82 833	9,72	396 223	46,47	10 866	1,27	852 614
Março	679 033	54,44	81 296	6,52	471 656	37,82	15 273	1,22	1 247 258
Abril	836 330	60,46	91 827	6,64	437 100	31,60	17 972	1,30	1 383 229
Maio	677 287	54,06	132 889	10,61	427 685	34,13	15 087	1,20	1 252 947
Junho	945 529	55,49	178 702	10,49	556 352	32,65	23 404	1,37	1 703 988
Julho	895 131	58,22	151 773	9,87	467 683	30,42	22 850	1,49	1 537 437
Agosto	783 815	55,37	170 353	12,03	448 751	31,70	12 795	0,90	1 415 715
Setembro	639 782	49,45	169 927	13,13	468 463	36,21	15 681	1,21	1 293 853
Outubro	539 378	45,84	137 840	11,71	488 869	41,55	10 585	0,90	1 176 672
Novembro	444 235	44,09	122 511	12,16	430 755	42,75	10 085	1,00	1 007 586
Dezembro	499 408	44,04	160 363	14,14	464 807	40,99	9 301	0,82	1 133 880
2016 ⁽¹⁾	4 339 389	55,15	730 894	9,29	2 746 804	34,91	50 736	0,64	7 867 823
Janeiro	443 582	50,92	95 671	10,98	324 215	37,22	7 724	0,89	871 191
Fevereiro	506 985	50,55	54 316	5,42	435 809	43,45	5 805	0,58	1 002 915
Março	903 242	60,61	104 723	7,03	473 748	31,79	8 454	0,57	1 490 167
Abril	935 222	62,38	85 062	5,67	468 777	31,27	10 153	0,67	1 499 214
Maio	811 287	53,58	171 633	11,33	522 521	34,51	8 807	0,58	1 514 247
Junho	739 072	49,60	219 489	14,73	521 734	35,01	9 793	0,66	1 490 088

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2016

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 149	33 078 690	10 466 459
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 429
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 228	18 767 763	- 1 373 534	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013	18 239 202	19 345 381	- 1 106 178	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014	16 332 120	17 295 813	- 963 693	225 100 885	229 154 463	- 4 053 578
2015 ⁽¹⁾	14 909 081	12 448 504	2 460 577	191 134 325	171 449 051	19 685 274
Janeiro	903 902	1 056 033	- 152 131	13 704 045	16 873 839	- 3 169 795
Fevereiro	852 614	1 033 043	- 180 428	12 092 231	14 932 173	- 2 839 942
Março	1 247 258	1 126 997	120 260	16 978 969	16 518 673	460 295
Abril	1 383 229	1 043 216	340 013	15 156 275	14 666 063	490 211
Maio	1 252 947	1 077 261	175 686	16 769 183	14 010 831	2 758 351
Junho	1 703 988	1 236 981	467 007	19 628 438	15 099 376	4 529 062
Julho	1 537 437	1 172 766	364 672	18 533 066	16 146 430	2 386 635
Agosto	1 415 715	1 020 095	395 619	15 485 353	12 794 393	2 690 960
Setembro	1 293 853	1 090 034	203 819	16 148 183	13 202 278	2 945 905
Outubro	1 176 672	979 633	197 039	16 048 987	14 053 112	1 995 874
Novembro	1 007 586	876 578	131 008	13 806 365	12 608 646	1 197 719
Dezembro	1 133 880	735 868	398 011	16 783 231	10 543 234	6 239 998
2016 ⁽¹⁾	7 867 823	5 088 103	2 779 719	90 252 804	66 600 784	23 652 020
Janeiro	871 191	737 758	133 434	11 239 718	10 322 113	917 605
Fevereiro	1 002 915	767 389	235 526	13 336 417	10 302 315	3 034 102
Março	1 490 167	930 430	559 737	15 991 811	11 559 763	4 432 048
Abril	1 499 214	852 139	647 074	15 371 982	10 512 261	4 859 720
Maio	1 514 247	827 727	686 521	17 569 617	11 134 689	6 434 929
Junho	1 490 088	972 660	517 428	16 743 259	12 769 643	3 973 616

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICES DE PREÇO, DE QUANTUM E DE TERMOS DE TROCA - PARANÁ - 1998-2015

PERÍODO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		TERMOS DE TROCA
	Índice de Preço	Índice de Quantum	Índice de Preço	Índice de Quantum	
1998	79,8	109,3	88,7	104,7	90,0
1999	79,6	117,1	91,6	75,4	86,9
2000	94,4	118,6	94,1	101,9	100,3
2001	92,8	130,7	89,7	88,8	103,4
2002	90,8	118,2	95,2	53,8	95,4
2003	99,7	126,1	105,4	75,2	94,6
2004	106,5	123,6	101,0	86,6	105,4
2005	95,3	112,1	105,3	80,9	90,5
2006	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2007	106,5	116,0	100,4	113,8	106,1
2008	119,9	103,1	125,3	97,6	95,7
2009	84,2	87,6	79,2	63,2	106,4
2010	102,7	123,2	97,4	112,8	105,4
2011	111,2	110,5	108,5	93,9	102,5
2012	93,5	109,1	93,5	83,7	100,0
2013	93,9	109,8	92,6	81,6	101,5
2014	89,6	100,1	91,3	74,2	98,2
2015	78,8	116,1	84,6	64,4	93,1

FONTE: IPARDES

NOTAS: Base fixa: 2006=100

Elaborado com dados brutos da SECEX-MDIC.

Utilizou-se índices de Fisher.

TABELA 6 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2016

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	127,2	123,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	120,3	118,7
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	120,7	119,3
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	106,4	95,9
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	108,4	95,8
Móveis	100,00	107,3	103,3	97,1	79,9
Eletrodomésticos	100,00	109,2	120,4	118,2	109,0
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	140,5	147,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	83,8	73,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	70,9	69,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	141,0	137,6
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	119,7	115,9

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Mai./15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15	Out./15	Nov./15	Dez./15	2016	Jan./16	Fev./16	Mar./16	Abr./16
Combustíveis e lubrificantes	130,7	109,1	128,9	124,6	129,2	124,4	130,0	130,2	122,6	123,0	111,2	113,8	109,9	111,5	109,1	108,5	110,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	132,8	116,0	119,2	116,5	113,2	110,3	112,1	113,4	111,9	121,0	111,5	146,3	116,7	121,1	113,5	118,6	113,6
Hipermercados e supermercados	134,2	116,7	119,6	117,1	113,4	110,7	112,4	113,6	112,2	121,4	112,3	148,2	118,0	122,8	114,7	119,9	114,7
Tecidos, vestuário e calçados	92,6	74,5	88,7	92,3	113,7	94,2	93,5	90,9	81,7	88,0	86,7	154,2	75,8	73,7	65,4	76,6	87,3
Móveis e eletrodomésticos	122,2	87,4	98,5	86,0	94,8	82,8	89,6	85,2	85,4	93,1	101,3	122,8	83,1	91,4	81,0	82,0	78,1
Móveis	103,6	78,6	83,2	73,2	77,8	68,6	73,7	70,0	70,2	76,6	84,0	99,5	74,7	84,5	70,9	72,7	70,7
Eletrodomésticos	137,8	95,1	111,3	96,9	109,0	94,6	102,8	97,8	98,0	106,9	115,7	142,0	90,5	97,6	89,7	90,0	84,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	141,0	136,2	151,4	138,8	141,7	140,6	146,6	146,8	150,7	153,6	152,6	171,6	141,7	141,1	125,4	158,0	142,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	122,2	90,7	79,2	74,6	74,8	60,7	66,1	61,7	60,7	43,5	39,3	103,5	70,7	83,4	79,1	64,2	55,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	70,0	69,3	80,1	72,0	74,6	70,3	70,0	68,1	62,8	65,2	66,3	67,5	56,3	57,1	55,4	59,2	53,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	145,6	117,7	134,8	130,7	148,1	127,7	126,6	125,3	113,7	137,0	136,2	208,2	107,3	111,1	96,3	113,0	108,6
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	127,6	107,9	116,9	112,7	116,0	109,0	111,7	111,6	108,3	115,9	110,1	143,3	107,2	110,8	102,7	109,1	106,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 7 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2003-2016

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)														
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Jan./15	Fev./15
Indústria de transformação	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	97,3	88,3	81,5	81,0
Produtos alimentícios	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	96,2	94,3	73,7	72,9
Bebidas	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,5	103,4	123,6	105,1
Produtos de madeira	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	120,9	119,7	118,5	110,1
Celulose, papel e produtos de papel	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	100,5	110,0	105,2	92,6
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	100,7	95,5	74,9	82,5
Outros produtos químicos	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	101,5	97,7	109,0	88,5
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	106,5	97,6	98,8	93,0
Minerais não metálicos	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	110,5	89,8	90,4	84,1
Produtos de metal - exceto máquinas e equip.	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	96,2	87,3	85,0	84,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	106,3	92,8	106,1	110,4
Máquinas e equipamentos	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,1	89,8	97,7	101,6
Veículos automotores, reboques e carrocerias	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	82,4	55,5	54,1	60,0
Móveis	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	94,0	76,2	89,0	76,3

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)														
	Mar./15	Abr./15	Mai./15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15	Out./15	Nov./15	Dez./15	2016	Jan./16	Fev./16	Mar./16	Abr./16
Indústria de transformação	91,3	91,2	92,9	93,8	92,8	93,3	93,7	91,8	83,2	73,5	79,0	71,5	74,4	85,7	84,4
Produtos alimentícios	89,9	98,0	103,3	109,0	99,8	113,6	102,2	100,6	88,1	80,9	88,4	71,0	77,0	100,9	104,5
Bebidas	116,4	94,6	88,3	86,8	89,8	93,1	107,7	116,1	121,7	97,8	126,3	126,5	121,6	144,1	113,0
Produtos de madeira	125,2	121,9	127,9	127,5	120,1	133,0	122,2	118,6	112,0	99,5	119,6	115,2	109,7	128,3	125,0
Celulose, papel e produtos de papel	109,7	103,5	105,1	110,9	110,5	119,0	106,8	116,3	118,9	121,8	103,5	101,0	100,6	107,1	105,3
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	96,3	96,2	103,8	103,7	96,7	93,3	110,8	102,5	90,3	95,2	82,7	85,0	76,6	80,7	88,4
Outros produtos químicos	85,7	92,2	106,8	105,2	116,1	103,4	118,4	105,6	72,9	69,0	77,4	86,3	87,6	73,4	62,1
Produtos de borracha e de material plástico	104,4	95,8	105,2	102,8	97,1	98,5	98,9	103,6	96,8	76,5	92,4	85,8	90,1	99,2	94,6
Minerais não metálicos	102,0	91,7	98,7	90,1	84,8	96,9	90,3	93,1	83,9	71,3	76,8	73,9	76,7	78,5	78,2
Produtos de metal - exceto máquinas e equip.	94,5	90,2	92,5	85,2	87,6	87,6	86,8	94,0	94,5	64,8	73,0	66,3	73,5	80,8	71,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	116,3	94,6	97,6	80,3	86,1	93,4	87,5	95,6	85,1	61,1	81,4	75,1	74,2	87,9	88,5
Máquinas e equipamentos	107,5	101,4	93,2	77,5	92,7	90,7	96,3	89,0	80,3	50,0	65,0	51,1	55,0	85,8	68,0
Veículos automotores, reboques e carrocerias	58,4	63,2	53,8	64,2	70,6	54,6	53,2	51,3	48,2	34,1	47,9	34,9	48,9	54,4	53,4
Móveis	91,5	84,4	78,4	69,6	69,9	69,7	70,3	72,4	76,4	66,5	70,9	69,9	72,5	73,9	67,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 8 - RENDIMENTO HABITUAL REAL E TAXA DE DESOCUPAÇÃO, NO PARANÁ - 2012-2016

TRIMESTRE	RENDIMENTO HABITUAL REAL ⁽¹⁾	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Janeiro-março 2012	2 074	5,6
Abril-junho 2012	2 023	5,3
Julho-setembro 2012	2 089	4,6
Outubro-dezembro 2012	2 046	4,3
Janeiro-março 2013	2 106	4,9
Abril-junho 2013	2 100	4,5
Julho-setembro 2013	2 147	4,2
Outubro-dezembro 2013	2 141	3,7
Janeiro-março 2014	2 176	4,1
Abril-junho 2014	2 148	4,1
Julho-setembro 2014	2 161	4,1
Outubro-dezembro 2014	2 222	3,7
Janeiro-março 2015	2 216	5,3
Abril-junho 2015	2 164	6,2
Julho-setembro 2015	2 156	6,1
Outubro-dezembro 2015	2 083	5,8
Janeiro-março 2016	2 049	8,1

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral

(1) Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas. Em R\$ de agosto de 2015.

TABELA 9 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2016

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
2015	- 47 096	- 16 133	- 12 526	- 2 860	3 067	-	- 75 548
Jan. - Maio 2016	- 5 531	- 1 590	- 7 858	4 173	985	-	- 9 821

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 10 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2010-2015

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2010	225 211	...	3 885 847	...
2011	256 974	4,5	4 373 658	3,9
2012	285 206	- 0,1	4 805 913	1,9
2013	332 837	5,6	5 316 455	3,0
2014 ⁽³⁾	358 544	0,8	5 687 309	0,1
2015 ⁽³⁾	376 095	- 2,8	5 904 331	- 3,8

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais e do Sistema de Contas Nacionais (referência 2010).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

